

EXPERIÊNCIAS DO FUTEBOL PRATICADO POR MULHERES NO BRASIL (1915–1941). PERCURSOS HISTÓRICOS ENTRE A PRÁTICA, SUA EXPANSÃO E A PROIBIÇÃO ESTATAL

Aira Bonfim¹

Resumo: A história do futebol brasileiro, construída majoritariamente a partir de narrativas masculinas, silenciou por décadas a participação das mulheres, embora elas tenham praticado o esporte publicamente desde o início do século XX. Este artigo apresenta episódios, clubes, territórios e experiências que evidenciam a prática contínua do futebol feminino entre 1915 e 1941, período anterior à proibição oficial imposta pelo Decreto-Lei n.º 3.199. A partir de fontes primárias pouco exploradas, como jornais e revistas de grande circulação, o estudo revela a presença ativa de jogadoras em bairros aristocráticos, suburbanos e operários, bem como os conflitos de gênero, raça e classe que moldaram sua visibilidade. Ao reconstruir essa trajetória, o trabalho contribui para a revisão crítica da historiografia do futebol no Brasil e questiona narrativas que afirmam a ausência de tradição ou interesse das mulheres pelo esporte.

Palavras-chave: futebol feminino; história do esporte; imprensa; gênero; Brasil

Experiences of Women's Football in Brazil (1915–1941). Historical pathways from the sport's early development to its expansion and subsequent ban

Abstract: The history of Brazilian football, long shaped through male-centered narratives, has obscured women's participation despite their documented presence in the sport since the early twentieth century. This article examines episodes, clubs, locations, and experiences that demonstrate the continuous practice of women's football between 1915 and 1941, prior to the official ban imposed by Decree-Law 3.199. Drawing on underexplored primary sources—newspapers and illustrated magazines—the study uncovers women's active involvement in aristocratic, working-class, and suburban contexts, as well as the gender, race, and class tensions that shaped their visibility. By reconstructing this trajectory, the article contributes to a critical revision of Brazilian football historiography and challenges narratives that claim women lacked tradition or interest in the sport.

Keywords: women's football; sports history; press; gender; Brazil

¹ Fundação Getúlio Vargas. Email.: airafbonfim@gmail.com

Introdução

A história do futebol brasileiro registra majoritariamente o desempenho dos homens. As narrativas midiáticas ainda mantêm o público no desconhecimento sobre as práticas esportivas realizadas por mulheres, e em destaque, as brasileiras. Pesquisas recentes têm começado a revelar essa história. Este artigo busca apresentar episódios, figuras, clubes e lugares que permitem acessar a prática pública e contínua do futebol de mulheres no Brasil, desde seus marcos iniciais até o ano da proibição da modalidade, em 1941. As histórias das jogadoras fazem parte do complexo conjunto de narrativas que constituem a História do Futebol no Brasil. Quando, apesar de proibições severas, reconhecemos as mulheres como sujeitos históricos do futebol, ampliamos o discurso historiográfico de maneira mais generosa e abrangente (RAGO, 1995).

Embora a história do futebol feminino tenha sido considerada “inexistente” ou “incipiente” até a década de 1980 — quando sua prática formal e regulamentada teria começado — os parágrafos a seguir apresentam uma sequência de eventos que revelam numerosas experiências esportivas que confirmam que as brasileiras já estavam inseridas no futebol há mais de um século. Evidências mostram que houve um número expressivo de partidas femininas no final da década de 1930, ou seja, meses antes da promulgação do Decreto-lei n.º 3.199/1941, que proibiu a prática do futebol por mulheres e dificultou seu desenvolvimento durante quarenta anos. Como as fontes primárias utilizadas neste estudo são pouco conhecidas, elas contribuem para desmistificar a ideia de que o futebol feminino brasileiro não teria tradição ou despertado interesse do público desde sua introdução no país, no final do século XIX.

O silêncio em torno da história das mulheres (PERROT, 2008) levanta perguntas sobre onde encontrar e como acessar fontes sobre o tema. Por essa razão, elegemos como fontes principais, neste estudo, os veículos de grande circulação da época: jornais e revistas do início do século XX. Este artigo apresenta alguns destaques da pesquisa que oferecem um panorama sobre a participação de mulheres brasileiras de diferentes grupos sociais, que se envolveram em variados momentos históricos, desempenhando papéis distintos na prática do futebol.

É útil, neste ponto, situar esta pesquisa diante dos estudos sobre a história e o desenvolvimento do esporte feminino e dos estudos sobre o significado social do esporte no Brasil. Em relação a estes últimos, este trabalho se diferencia das pesquisas existentes, que se concentram majoritariamente em esportes considerados “masculinos” (MILLS, 2005; PEREIRA, 1998). Em relação aos estudos sobre mulheres no esporte, esta pesquisa é original ao focalizar o desenvolvimento do futebol de mulheres no Brasil, desde as suas práticas mais primordiais. Trata-se de contribuição importante para o campo da história das mulheres, da história do esporte praticado por mulheres e, em especial, da história de mulheres que desempenharam papéis em um esporte tradicionalmente masculino, tanto no contexto brasileiro como internacional.

1910 e 1920: Os primeiros anos

Há consenso na bibliografia especializada de que, no que diz respeito à expansão da modalidade, o início do século XX constituiu uma etapa decisiva para o desenvolvimento do futebol praticado por mulheres. Os primeiros indícios históricos do fenômeno do “futebol feminino” — expressão que, nas décadas de 1910 e 1920, ainda era grafada nos jornais com o termo inglês *“football feminino”* entre outros — remetem aos círculos aristocráticos que apoiavam os centros esportivos emergentes e aos clubes pertencentes à mesma elite que havia introduzido o futebol entre os homens.

Entretanto, os marcos inaugurais do futebol masculino no Brasil reforçam que sua oficialização foi decisiva para sua visibilidade histórica. Figuras pioneiras como Charles Miller (filho de John Miller, engenheiro ferroviário escocês, e Carlota Fox, brasileira de ascendência inglesa), Oscar Cox (filho de pai inglês e mãe carioca) e Thomas Donohue (operário escocês de uma tinturaria no bairro fabril de Bangu, no Rio de Janeiro) são reiteradamente mencionadas como “pais do futebol” no país (MILLS, 2005, p. 73; PEREIRA, 1998). Não foram, contudo, os únicos a praticar e difundir o jogo, mas suas trajetórias ganharam maior projeção por estarem documentadas nas atas dos primeiros clubes e ligas formadas nos anos 1890. Sua atuação como figuras públicas reconhecidas pelas elites de São Paulo e Rio de Janeiro, aliada ao fato de proporcionarem práticas mais próximas aos regulamentos internacionais vigentes, contribuiu para a consolidação dessa memória.

Diversos fatores — como as atitudes sociais diante da participação feminina no esporte, a influência da imprensa, o papel das entidades dirigentes e as mudanças no lugar das mulheres na sociedade — se articularam para moldar o desenvolvimento do futebol feminino no contexto brasileiro. A tardia institucionalização da modalidade não decorreu de ausência de interesse das praticantes, mas sim da exclusão deliberada das mulheres da estrutura esportiva oficial, respaldada pelos grandes clubes e, posteriormente, pelo Estado.²

A inexistência de reconhecimento formal das partidas disputadas por brasileiras nas primeiras décadas do século XX revela, portanto, uma dimensão essencial das tensões relacionadas ao pertencimento e ao direito das mulheres de ocuparem o campo esportivo. O futebol feminino não se desenvolveu por vias oficiais nem se consolidou como modalidade competitiva dentro das estruturas então existentes. Sua entrada no esporte aproxima-se da experiência de crianças e adolescentes que aprendiam o futebol de forma não institucionalizada — meninos que jogavam na rua, nos pátios escolares, em clubes ou em festas esportivas (BROWN & LANCI, 2016; GOULART, 2014). Ainda assim, Bonfim (2019) demonstrou recentemente que há registros de mulheres praticando futebol no Brasil já em 1915, e novas investigações tendem a revelar fontes ainda mais antigas.

Por muitos anos, o anúncio de uma partida “entre senhoritas” de Tremembé e Cantareira — dois bairros da cidade de São Paulo — realizada em 1921³, foi repetido por pesquisadores, instituições e mídia esportiva como o marco inaugural do futebol feminino no país. No entanto, pesquisas recentes, como as de Bonfim (2019), trouxeram à luz eventos anteriores e dispersos de participação feminina no futebol, ocorridos em clubes do Rio de Janeiro, como Villa Isabel F.C. (1915)⁴, Progresso F.C. (1919)⁵, C.R. Flamengo (1919)⁶ e River S.C. (1919)⁷, nos quais já havia equipes mistas ou jogos entre meninas e meninos durante festividades dominicais. Também há registros de brasileiras jogando

² Sobre a posição marginal das mulheres jogadoras no esporte, consultar Knijnik e Vasconcellos (2003); Franzini (2005) e Goellner (2005).

³ Um jogo de futebol entre senhoritas. *A Gazeta*, São Paulo, 26 jun. 1921, p. 2.

⁴ *A Época*, Rio de Janeiro, 26 nov. 1915, p. 4; *A Rua: Semanário Ilustrado*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1920, p. 5.

⁵ *O Dia*, Rio de Janeiro, 12 abr. 1919, p. 5.

⁶ Um festival no Flamengo. *Jornal de Theatro & Sport*, Rio de Janeiro, 14 jun. 1919, p. 24.

⁷ *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 10 dez. 1919, p. 8.

entre si em clubes como Helios A.C. (1920)⁸, C.R. Vasco da Gama (1923)⁹, S.C. Celeste (1923)¹⁰ e São Cristóvão A.C. (1929).¹¹

Vale lembrar que o ano de 1920 marcou a formação de diversas equipes femininas na Europa, onde mulheres já jogavam desde o final do século XIX. Estima-se que, apenas na França, cerca de 150 grupos praticavam futebol naquele ano (DOBLE, 2017; WILLIAM & RESS, 2015). A Fédération des Sociétés Féminines Sportives de France, fundada anos antes, estabeleceu diálogo com pioneiras inglesas, dando origem ao primeiro jogo internacional de futebol feminino entre Inglaterra e França, disputado em Preston, em 1920, diante de 25 mil espectadores. Essa partida — realizada no estádio do Chelsea F.C. — recebeu destaque de página inteira na revista brasileira *Vida Sportiva*, em julho de 1920. O periódico apresentou imagens inéditas no país, mencionou as capitãs Macgnemond e Kell, registrou uma defesa da goleira francesa Fémina Sport e divulgou uma fotografia da partida. Ao longo da década de 1920, a imprensa brasileira passou a noticiar com maior frequência a prática feminina em outros países.

Além de publicar fotografias de jogadoras estrangeiras, em 1920 a revista *Vida Sportiva*¹² também dedicou diversas capas a esportistas mulheres, duas delas especificamente relacionadas ao futebol feminino. A primeira apresentava a caricatura de uma jogadora com a camisa do Botafogo Futebol Clube¹³ (Rio de Janeiro); a segunda estampava a equipe feminina do ABC Sport Clube¹⁴, de Natal (Rio Grande do Norte), estado distante do Rio de Janeiro, capital brasileira e sede da revista *Vida Sportiva*, mas com uma cena esportiva vibrante.

Na década de 1920, já era amplamente conhecido que torcedoras e associadas do Club de Regatas Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, jogavam futebol em público desde 1923 (BONFIM, 2019). Em 1929, durante o jogo preliminar entre as equipes masculinas de São Cristóvão A.C. e Bangu A.C.¹⁵, o

⁸ *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1920, p. 8; *O Paiz*, Rio de Janeiro, 8 dez. 1920, p. 7.

⁹ *Careta*, Rio de Janeiro, 1 set. 1923, p. 16.

¹⁰ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1923, p. 7.

¹¹ O S. Christóvão feminino venceu o Vasco feminino por 2x0. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 14 maio 1929, p. 9.

¹² Match de futebol feminino entre a França e a Inglaterra. *Vida Sportiva*, Rio de Janeiro, 24 jul. 1920, p. 19.

¹³ *Vida Sportiva*, Rio de Janeiro, 21 fev. 1920, p. 1.

¹⁴ *Vida Sportiva*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1920, p. 1.

¹⁵ *O Paiz*, Rio de Janeiro, 11 maio 1929, p. 8.

público assistiu, no tradicional Estádio das Laranjeiras (estádio do Fluminense), a uma partida beneficente em que moças enfrentaram torcedoras do São Cristóvão. Pesquisas recentes confirmam que, ainda que de modo esporádico, as mulheres jogaram futebol no Brasil nos anos 1920 — um período em que campeonatos e partidas masculinas consolidavam o interesse nacional pela modalidade e contribuía para que muitas brasileiras se aproximassem do jogo em muitos aspectos.

1930 e 1940: as meninas estão jogando

Na década de 1930, o futebol masculino tornou-se um elemento central na construção de identidades e vínculos sociais, sobretudo nas franjas urbanas do Rio de Janeiro, ao mobilizar novos públicos e jogadores. Nesse mesmo período, os eventos envolvendo o futebol praticado por mulheres — até então considerados novidade ou pouco conhecidos — começaram gradualmente a despertar o interesse de jornalistas e das associações esportivas das regiões periféricas (COSTA, 2017). A recorrência, especialmente entre 1939 e 1940, de programações esportivas em que mulheres atuavam publicamente em uma modalidade historicamente masculina contribuiu para tensionar fronteiras de gênero no esporte, ampliando e complexificando aquilo que se entendia como história social do futebol brasileiro (BONFIM, 2019).

À margem da organização oficial do futebol — dominada por ligas e clubes dirigidos por homens e reservada exclusivamente a jogadores masculinos — o futebol feminino começou a ganhar corpo em circuitos paralelos. Bairros operários e periferias do Rio de Janeiro, como Engenho de Dentro¹⁶, Piedade¹⁷, Benfica¹⁸, Cascadura¹⁹ e Realengo²⁰, viram surgir mais de quinze equipes femininas e suburbanas (BONFIM, 2019). É importante ressaltar que essas regiões formavam um tecido social diverso e multifacetado, composto por trabalhadores, setores médios emergentes ligados ao comércio e ao funcionalismo público, migrantes empobrecidos do Norte e Nordeste e populações negras vindas de outras partes do país.

¹⁶ *A Esquerda*, Rio de Janeiro, 24 jun. 1930, p. 5.

¹⁷ *O Jornal*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1931, p. 10.

¹⁸ *Actividades nos pequenos clubs. O Jornal*, Rio de Janeiro, 7 dez. 1939, p. 12.

¹⁹ *A Noite*, Rio de Janeiro, 8 abr. 1940, p. 30.

²⁰ *A Noite*, Rio de Janeiro, 25 maio 1939, p. 8.

Em 1940, nomes, fotografias e bairros de origem dessas jogadoras passaram a figurar na imprensa mais popular e esportiva do Rio de Janeiro²¹. A despeito da ausência de ligas para organizar as iniciativas das jogadoras mulheres, estratégias esportivas legítimas, como por exemplo, permanecer invicta — condição ainda hoje celebrada no futebol amador — tornava-se um diferencial competitivo entre as equipes suburbanas. O domínio técnico das jogadoras, bem como a eleição ou menção sobre a melhor jogadora, melhor goleira, artilheira da partida, eram assuntos comumente presentes das crônicas semanais sobre as partidas de futebol delas.²² À época, repórteres esportivos priorizavam a cobertura dos inúmeros campeonatos masculinos disputados na periferia carioca. Esses eventos, realizados fora dos grandes clubes, rendiam histórias e garantiam vendas aos jornais para consumidores homens e mulheres.

Paralelamente, patrocinadores interessados em divulgar suas marcas em partidas femininas ofereciam apoio por meio de prêmios, homenagens²³ e investimentos diretos nas atividades esportivas. Jogadoras do Casino do Realengo F.C., do S.C. Brasileiro ou do Primavera recebiam presentes e, por vezes, pagamento em dinheiro²⁴ por apresentações públicas, além de chocolate, festas, pares de sapatos ou pequenas viagens. A consistência dos jogos divulgados sugere que muitas mulheres alimentavam o desejo de conquistar autonomia financeira e ascensão social por meio do futebol — aspiração compartilhada por amplos setores da população da periferia.

Com a organização de partidas locais atraindo grandes públicos, convites internacionais (Chile, Uruguai e Argentina) e crescente atenção da imprensa de Rio de Janeiro e São Paulo, o futebol feminino atingiu, em 1940, um ápice de popularidade, configurando-se como um momento decisivo de sua história.

1941: o futebol é considerado impróprio para mulheres e proibido no Brasil

²¹ *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 3 mar. 1940.

²² Mais uma victoria das “meninas” do Casino do Realengo F.C. *O Radical*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1940, p. 7.

²³ Exemplo da partida de futebol intitulada ‘Taça Anitta D’Angelo’, em homenagem à esposa do proprietário da fábrica de cigarros Sudan e patrocinadora do evento com jogadoras. *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1940, p. 4.

²⁴ O levantamento jornalístico realizado à época constatou que as jogadoras das zonas suburbanas recebiam pagamentos entre 10\$000 e 15\$000 por cada apresentação esportiva. *A Noite*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1941, p. 3.

A imagem das jogadoras brasileiras — mulheres negras, pobres, mestiças e oriundas de regiões periféricas — já circulava amplamente no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades através dos jornais e revistas. Em 17 de maio de 1940²⁵, o recém-inaugurado Estádio do Pacaembu, em São Paulo, recebeu uma partida entre duas equipes do Rio. Times femininos excursionaram também por outras cidades como em Santos²⁶, e por outros estados, como Juiz de Fora²⁷ e Belo Horizonte²⁸. No início de 1941, a equipe Primavera chegou a ser convidada para apresentações internacionais em Buenos Aires (Argentina), Montevidéu (Uruguai) e Santiago (Chile).

A visibilidade adquirida por essas partidas e a cobertura de inúmeros repórteres esportivos foram determinantes para que alguns jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, junto a entidades esportivas, intensificassem uma campanha que buscava deslegitimar publicamente o futebol praticado por mulheres (Bonfim, 2019). As reações negativas e confrontos públicos evidenciavam a escalada de tensões relacionadas a gênero, raça e aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres no Brasil. Parte da imprensa — como *A Batalha*, *O Radical*, *Jornal dos Sports* e *Correio Paulistano* — embora divulgasse as partidas femininas, reforçava estereótipos²⁹ associados à feminilidade, como “graça”, “encanto” ou “sensualidade” (COSTA, 2006). Outra parte, respaldada por médicos, dirigentes e representantes do esporte e da ciência, condenava radicalmente a prática, alegando prejuízos à estética e à saúde biológica das mulheres³⁰.

Assim, nos anos 1940, às mulheres não era negado o direito à atividade física, desde que não envolvesse contato intenso ou esforço considerado excessivo. Nesse modelo — sustentado pela construção de uma identidade feminina subordinada à masculina — cabia às mulheres o papel de esposas e mães, responsáveis por gerar filhos fortes para a pátria. A imprensa produzia, então, dois modelos antagônicos: a mulher “adequada”, que preservava sua função materna, e a jogadora de futebol, descrita como participante de um esporte violento e masculinizado, supostamente incompatível com a maternidade

²⁵ Football feminino no “Pacaembú”. *O Radical*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1940, p. 6.

²⁶ *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 maio 1940, p. 8.

²⁷ *Jornal dos Sports*, Rio de Janeiro, 27 set. 1940, p. 5.

²⁸ Aa filhas da Eva em Bello Horizonte. *O Radical*, Rio de Janeiro, 6 jun. 1940.

²⁹ *O Radical*, Rio de Janeiro, 16 maio 1940, p. 7.

³⁰ *O Radical*, Rio de Janeiro, 09 maio 1940, p. 9.

(sua “natureza físicas”) (GOELLNER, 2005). Franzini (2000) reúne diversos documentos da época, escritos por médicos e professores de educação física, que defendiam “proteger” as mulheres dos supostos danos morais e corporais que o futebol lhes causaria.

Laqueur (2001) discute os fatores que moldaram, historicamente, as interpretações sobre corpos e as consequências disso na construção social dos papéis de gênero. Para o autor, a compreensão das diferenças sexuais sempre foi situacional e permeada por interesses políticos que orientam a produção científica. A biologia — como qualquer campo científico — não é neutra e sofre influências socioculturais e ideológicas em todas as suas etapas. No caso brasileiro, esse discurso biológico forneceu o respaldo “científico” utilizado para justificar a proibição do futebol feminino.

Em 1941, o Conselho Nacional de Desportos (CND), órgão do Ministério da Educação e Saúde do Estado Novo (1937–1945), publicou o Decreto n.º 3.199, assinado por Getúlio Vargas. O documento, que regulamentava a organização esportiva nacional, reforçou os argumentos daqueles que condenavam o futebol feminino. O parágrafo 54 determinava: “não será permitida a prática de desportos incompatíveis com a natureza feminina”; caberia ao CND orientar as entidades esportivas sobre essa restrição. A noção de “natureza feminina”, articulada ao ideário cívico do Estado Novo — que atribuía às mulheres a responsabilidade de gerar e educar filhos fortes — sustentava o discurso proibicionista (GOELLNER, 2005).

É importante notar que essa construção de uma “natureza feminina” não se baseava em fundamentos biológicos universais, mas em valores sociais situados historicamente. Tampouco era um fenômeno exclusivamente brasileiro: estava alinhada a uma mentalidade europeia (DEVIDE, 2005; KNIJNIK, 2010; Rubio, 2011), segundo a qual cabia à medicina, à ciência, às instituições e ao Estado delimitar quais atividades eram adequadas às mulheres. Cabe ressaltar que a o mesmo esporte havia sido proibido para as inglesas 20 anos antes.

O incômodo provocado pela presença feminina em espaços públicos era questão complexa. Como demonstram estudos interseccionais (DAVIS, 2016), gênero não é o único fator que determina o que é considerado socialmente aceitável; raça, origem familiar, estado civil e classe também influenciavam essas percepções. A análise da imprensa das primeiras décadas do século XX revela

uma clivagem clara: alguns jornais associavam a presença das mulheres nas ruas à modernização do país; outros — a maioria — mobilizavam códigos morais para condená-la (BONFIM, 2019; FRANZINI, 2000).

As evidências mostram inúmeros episódios de mulheres que atuaram em campo antes da proibição de 1941. Todavia, enquanto o futebol masculino era reconhecido como esporte, o feminino era tratado como espetáculo, exceção ou extravagância. Ao longo das quatro décadas de proibição, transformaram-se as formas de percepção e prática do futebol e os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres; também mudaram as estratégias de resistência e os espaços ocupados por jogadoras. A visibilidade das mulheres na imprensa variava conforme o público-alvo, a editoria, as identidades das jogadoras e a abordagem dos repórteres — majoritariamente homens, sobretudo nos periódicos esportivos.

Tornou-se evidente que grande parte do establishment esportivo e da sociedade considerava a participação feminina no futebol como mera curiosidade — uma novidade efêmera e não um direito esportivo legítimo.

Conclusão — o fim de uma luta inaugural?

Para além de discutir os prejuízos que as quatro décadas de proibição impuseram ao desenvolvimento do futebol praticado por mulheres, este artigo também evidencia os desafios relacionados à historicidade dessa modalidade no Brasil. Torna-se urgente reorganizar a historiografia do futebol brasileiro, contribuindo para o colapso de argumentos preconceituosos contra o futebol feminino — muitos dos quais ainda persistem no presente. A descoberta e a divulgação de narrativas, trajetórias e eventos protagonizados por mulheres brasileiras, desde o início do século XX, rompem com a ideia obsoleta de que elas não teriam aptidão ou interesse pelo futebol e contestam a narrativa segundo a qual o esporte teria começado apenas nos anos 1980.

Apesar da proibição, as mulheres nunca deixaram de jogar. Com o tempo, e conforme sua origem social — classe, raça, território —, seus modos de acesso ao esporte se transformaram. As partidas beneficentes configuraram uma forma de resistência: eram toleradas por deixarem de ser percebidas como competições esportivas e por estarem vinculadas a propósitos considerados superiores ao resultado final do jogo. Também foram formas de resistência as partidas amadoras disputadas nas periferias paulistas e nas praias cariocas. Com os efeitos

do feminismo da segunda onda e a ampliação das noções de “ser mulher”, tornou-se possível jogar apenas pelo prazer do jogo, ainda que isso ocorresse em espaços onde grande parte da sociedade não as veria.

A visibilidade é, de fato, um eixo central para compreender a história do futebol de mulheres no Brasil. Não se deve esquecer que, antes de ocuparem o Pacaembu, em 1940, com pelo menos 65 mil espectadores, essas jogadoras atuavam apenas nas franjas urbanas do Rio de Janeiro. O estádio — peça-chave no projeto político da época e no processo de profissionalização do futebol masculino — ganhou nova camada de significado ao ser utilizado por elas. Ainda que a pesquisa realizada até agora tenha revelado muito sobre a prática feminina do futebol no país, esse percurso está apenas em seus primeiros passos: temos mais perguntas do que respostas sobre o passado do futebol de mulheres no Brasil. A história do esporte mais popular do país permanece em aberto — longe de ser linear ou previsível — e é atravessada por transgressões à proibição, conquistas coletivas e realizações individuais de mulheres brasileiras.

Referências

BONFIM, A. **Football feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915–1941)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. Não publicada.

BROWN, M.; LANCI, G. Football and urban expansion in São Paulo, Brazil, 1880-1920. **Sport in History**, v. 36, n. 2, p. 162-189, 2016.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del3199.htm. O futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. **Normas básicas sobre desportos: deliberações 01 a 15**. 1983.

COSTA, L. M. O Futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 13, p. 493–507, 2017.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEVIDE, F. P. **Gênero e mulheres no esporte: história das mulheres nos Jogos Olímpicos modernos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

DOBLE, A. The secret history of women's football. *Newsbeat*, 19 jul. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/newsbeat-40654436>.

FRANZINI, F. **As raízes do país do futebol: estudo sobre a relação entre o futebol e a nacionalidade brasileira (1919–1950)**. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://ludopedio.org.br/biblioteca/as-raizes-do-pais-do-futebol/>.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315–358, 2005.

GOELLNER, S. V. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**. v. 19, n. 2, p. 143–151, 2005.

GOULART, P. C. A. **Pontapé inicial para o futebol no Brasil: o bate-bolão e os esportes no Colégio São Luís: 1880–2014**. São Paulo: A9, 2014.

LAQUEUR, T. W. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Trad. V. Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. (Publicado originalmente em 1990).

MILLS, J. R. **Charles Miller: o pai do futebol brasileiro**. São Paulo: Panda Books, 2005.

KNIJNIK, J. D.; VASCONCELLOS, E. G. Mulheres na área no país do futebol: perigo de gol. In: SIMÕES, A. C. (Org.). **Mulher e esporte: mitos e verdades**. São Paulo: Manole, 2003. p. 165–175.

KNIJNIK, J. D. (Org.). **Gênero e esporte: masculinidades e feminilidades**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

WILLIAMS, J.; HESS, R. Women, football and history: international perspectives. **The International Journal of the History of Sport**, v. 32, n. 18, p. 2115–2122, 2015.

PEREIRA, L. A. de M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902–1938)**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Repositório Unicamp. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/280018>.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Trad. A. M. S. Corrêa. São Paulo: Editora Contexto, 2008. (Publicado originalmente em 2006).

RAGO, M. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Z. L. (Org.). **Cultura histórica em debate**. São Paulo: UNESP, 1995. p. 81–91.

RUBIO, K. (Org.). **As mulheres e o esporte olímpico brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.